

A VIAGEM COMO ESCRITURA

AMILCAR TORRÃO FILHO*

[Livro: DEPETRIS, Carolina. *La escritura de los viajes. Del diario cartográfico a la literatura*. Mérida: Universidad Nacional Autónoma de México, 2007.]

A professora Carolina Depetris nasceu na Argentina, doutorou-se em Filosofia e Letras na Universidade Autônoma de Madri, na Espanha, é professora da Universidad Nacional Autónoma do México e é atualmente uma das intelectuais mais atuantes no tema da escrita de viagem e suas relações com a literatura. Este livro, publicado em 2007, trata de um período definidor para a literatura de viagem, ou escritura de viagem como define a autora, que é a passagem de uma leitura científica do mundo por meio do relato de expedições de investigação para uma leitura literária da viagem, tendo como espaço a Argentina entre 1745 e 1870. A professora Depetris define a viagem como uma tríade de observação, viagem e escritura, que constituem atividades de conhecimento. Este desejo de conhecimento, diz ela, "*estive sujeito a uma demanda de mimesis que sempre [...] teve uma forte pretensão de realidade, entendida esta como verdade*".¹ O viajante se constitui como um observador privilegiado, apoiado no testemunho da visão, num "*cada vez mais regulado exercício de observação e também de experimentação*".² Seu livro trata exatamente deste vínculo entre viajar, observar,

escrever e conhecer, tomando como cenário a Pampa e a Patagônia argentinas e a forma como se organiza um conhecimento geográfico representado pela escrita. O período tratado pela autora coincide com a derrota da Espanha na Guerra dos Sete Anos e o subsequente questionamento por parte de França e Inglaterra dos direitos coloniais da coroa ibérica, passando a considerar o seu império como "*res nullius, suscetível de exploração, invasão e exploração*",³ o que também ocorre com Portugal e suas conquistas da América. O objetivo do trabalho, fixado em sua introdução, é demonstrar como em finais do século XIX "*se abandona na escritura das viagens um imperativo de ordem mimética por um poético*",⁴ acompanhando a passagem de uma lógica ilustrada para um romantismo que caminha para que a evidência objetiva seja substituída pela subjetividade, a viagem transmutada em um discurso verossímil.

Seu primeiro capítulo, *La construcción verbal de una geografía: diarios de expedición a la Pampa y Patagonia argentinas (1745-1826)*, trata exatamente disto que denomina uma construção verbal do espaço por meio de diários de viagem e relatórios de expedição. Os diários participam em "*processo cognitivo e representativo de observação e transmissão do observado*" e por meio deles se pode apreender um determinado objeto, uma geografia, "*com o propósito de informar sobre ele, de lhe dar forma e conseguir que possa ser conhecido ou reconhecido*".⁵ Depetris demonstra como a episteme dos diários de expedição "*promove o primado do objeto dentro da relação cognitiva*", ressaltando o paradigma científico dentro desta relação.⁶ Neste momento destacado pela autora a visão se constitui como índice privilegiado de veracidade, daí a importância epistemológica dos vocábulos *divisar, contemplar, ver, observar* na apreensão do entorno. A professora Depetris observa muito bem nestes relatos a forma como a visibilidade do entorno determina a marcha ou interrupção da caminhada do viajante: ventos, chuvas, neblina, tudo o que impede a visão faz com que o relato seja impossibilitado e a continuidade do deslocamento seja dependente da possibilidade efetiva de ver e decodificar o entorno, constituindo aquilo que ela denomina muito bem como uma epistemologia do olhar que exige do sujeito cognoscente uma condição de imparcialidade, de "*um não estar do mundo observado*".⁷ Este olhar "*imparcial*" dos diários e de suas "*expressões icônicas como são os mapas*" se aderem estreita e

mimeticamente ao objeto de conhecimento, apreendido por um sujeito racional.⁸

O diário produz esta ilusão de realidade e de fiabilidade por meio de uma anotação rápida e sem *a priori* do que aparece e do que é visto, o que forma uma "*gramática da visão*", na feliz expressão de Depetris, responsável pela transmissão do conhecimento adquirido pela observação da viagem, cujas informações são recolhidas de forma diacrônica, ainda que isso não signifique que neles "*exista uma sucessão de tempo*". Primeiro ponto da questão colocada pela escritura da viagem de "*como conformar uma imagem certa por meio do verbo*", o diário deve anotar o que se vê em ordem cronológica.⁹ A segunda condição para manter a episteme deste discurso é de que a anotação do que se observa deve ser imparcial: ainda que em primeira pessoa do singular, o diário alterna a primeira pessoa do plural e impessoal, dando a impressão de que não é o *eu* que controla o discurso, mas sim o entorno é que controla a quem o observa. O narrador se apresenta apenas como "*um mediador de um processo de mimesis que exige um máximo de informação através de um mínimo de informador*".¹⁰ A terceira condição é a de que a imparcialidade se sustenta na retração do sujeito em relação ao objeto dentro da relação cognitiva. Um "*sujeito enunciador vazio de enunciação*" garante uma "*recondução constante do discurso em direção ao referente*"; o diário pretende "*revogar qualquer distância entre a visão e a dicção*", reforçando sua capacidade mimética de criar uma certeza aparente de que a informação que se lê sobre uma determinada geografia é idêntica ao que foi visto, à sua realidade extratextual.¹¹ O diário, dessa forma, subordina a narração à descrição para conseguir um êxito retórico de unir de maneira neutra a realidade ao discurso.¹² Assim, os diários de expedição aos Pampas e à Patagônia realizam um trabalho monumental de construção de "*uma realidade memorável*", fundando seu conhecimento numa dinâmica empirista da apreensão do desconhecido, criando uma "*topografia indubitável*".¹³

Seu segundo capítulo se intitula *Primeros índices literarios: El diário de Luis de la Cruz (1806)*. Aqui acompanhamos o momento no qual, pressionada pela disputa colonial, a Espanha procura limpar a geografia americana dos vestígios fabulosos arraigados desde as primeiras crônicas, a topografia edênica escrita por Sérgio Buarque de Holanda em seu *Visão do Paraíso*. Daí as viagens de exploração que os reis Bourbon financiam na Patagônia e nos Pampas para

determinar o potencial econômico destas regiões. Carolina Depetris se utiliza aqui da compilação de Pedro de Ángelis, historiador oficial do regime de Rosas, a *Colección de obras y documentos relativos a la historia antigua y moderna del Río de la Plata*. Nesta escrita de pretensão científica a ilusão de realidade deseja que o leitor receba o lido como uma ação presente e é, segundo a autora, nesta “qualidade afirmativa do presente onde reside a condição cartográfica de todo diário cientificamente eficaz, já que este deve, com efeito, operar como um mapa: dar a conhecer uma geografia de forma clara e evidente a alguém que não a conhece diretamente”.¹⁴ Ou dito de outro modo, a ilusão referencial do diário cartográfico promove pela descrição no presente “a geração de uma evidência”.¹⁵ Entretanto, este programa de objetividade recebe um complicador no aparecimento de um narrador-personagem que embaralha o que deveria se manter separado, o que descreve o local e a ação com aquele que a vive diretamente, quando a “*episteme imparcial se perde cada vez mais no estado de ânimo do diarista*”.¹⁶ Aqui se corre o risco de que o narrador funcione como personagem e a personagem atue como narrador levando o relato para o perigoso campo da *literariedade*,¹⁷ descumprindo, ou pelo menos tornando mais complexo, o seu programa inicial de objetividade.

Seu terceiro capítulo é *La escritura del viaje verosímil: confrontación entre Luis de la Cruz y la comisión consular de Buenos Aires*. Trata-se de expedição realizada em 1806 pela cordilheira dos Andes, Patagônia norte e a Gran Salina, voltando a Buenos Aires, já tratada no capítulo anterior a esse. A confrontação do título é entre duas concepções de veracidade que colocam na berlinda o relato de Luis de la Cruz de um lado e uma comissão consular que afirma a inutilidade de seu mapa e descrição e a validade de seu diário como fonte fidedigna de informações, ou uma “*disputa entre dois modos de compreender a representação, o saber e a verdade que este conhecimento descobre*”.¹⁸ Para a comissão que analisa seu relato, um erro ou equívoco no diário ou no mapa invalida toda a empresa de revelar um local desconhecido, tornando-se uma “não-verdade”.¹⁹ Em sua defesa, de la Cruz desvela que para ele conhecimento não é “*evidentia, mas disputa, é probabilidade e não certeza de acordo com um mecanismo dialético positivo que, através do diálogo e da confrontação, tende a uma verdade que ele não duvida em identificar com a ‘Onipotência [que] se esmerou na perfeição de sua criação*’”,²⁰ portanto, numa concepção de verdade teológico-metafísica inadequada ao racionalismo

ilustrado. Para a comissão, por outra parte, o conhecimento da topografia patagônica deve ser científico, *"porque aspira à construção de constantes que possibilitem uma descrição precisa da geografia comprovável por meio de uma observação técnico-analítica e capaz de aportar um saber predicativo e preditivo sobre uma matéria até então desconhecida"*.²¹ Cruz acrescenta o opinável ao processo de conhecimento, refazendo a rotina gnosiológica dos diários cartográficos, fazendo com que no começo do século XIX a direção lógica do conhecimento mude o acento do objeto ao sujeito: *"o conhecimento passa a ser uma projeção consciente da subjetividade no observado"*. No debate entre Cruz e a comissão consular está em jogo *"a potência expressiva e sensível na conformação de um saber"*,²² ou como afirma mais adiante, este debate demonstra que em Cruz *"se operou uma inversão substancial no protocolo de escrita do diário cartográfico"*.²³ O subjetivo substitui o objetivo nestes relatos, tornando os relatos de viagem cada vez mais novelescos e *literarizados*, mesmo que seu objetivo seja o mais estritamente cartográfico.

No último capítulo, *La literatura como viaje: Una excursión a los indios ranqueles, de Lucio Victorio Mansilla (1870)*, Carolina Depetris trata de uma expedição de conquista aos índios ranqueles organizada pelo presidente Sarmiento, a cargo do coronel Lucio Mansilla, que firmou um pacto de paz com os índios ao contrário das ordens de seu governo. O interesse desse diário de expedição é que aqui, em finais do século XIX, o diário se torna literatura.²⁴ Mansilla legitima a validade de seu testemunho à funcionalidade cartográfica dos diários de expedição e ao valor inaugural de sua viagem, que viu por primeira vez o até então desconhecido e inexplorado. No entanto, seu relato revela como o viajante num ambiente novo *"desaprende' uma ordem de realidade estabelecida e, desde essa ignorância, encontra um diferente muito distante [...] do evidente"*.²⁵ A principal confrontação de Mansilla é com a taxativa oposição entre civilização e barbárie que marca a relação de todo viajante com os pampas e a Patagônia, *"revertendo a ordem do mundo com a qual havia iniciado a sua marcha: 'Os anões me dão a medida dos gigantes e os bárbaros a medida da civilização'"*.²⁶ Para Depetris, a viagem de Mansilla é uma viagem moderna, pois constitui *"um deslocamento pelas geografias dos mundos através da geografia íntima do viajante"*,²⁷ desfazendo o objetivo político inicial, de ganhar um território à civilização, tornando a viagem uma experiência cosmopolita, marcada por um contato

dialógico com o outro.²⁸ Este relato mistura referente real e referente imaginário, privilegia uma ordem de representação sobre a apresentação, “*o testemunho verídico é suscetível de deslizar-se até a fantasia*”,²⁹ utilizando-se de uma mimesis já não mais referencial mas poética, que define uma nova verdade.³⁰

Carolina Depetris termina assim seu trabalho com um relato de expedição que subverte aquilo que já vinha sendo desmontado ao longo do século, a objetividade construída por um olhar neutro e racional, construindo uma topografia imaginária, que apresenta o referente por meio de um relato permeado pela literatura, dando mais complexidade ao gênero. A professora Depetris, num trabalho curto, porém de muita densidade, nos revela estes caminhos tortuosos pelos “*sertões*” argentinos que operam uma subversão do processo cognitivo do espaço e da sociedade por meio da entrada decisiva e sempre perigosa da subjetividade do observador e da literariedade, baralhando os conceitos de realidade e imaginário até então bastante bem separados, ao menos aparentemente, na decodificação ilustrada e racional do mundo por meio da viagem.

NOTAS

*Amilcar Torrao Filho é doutor em História e Professor do Departamento de História da PUC/SP. E-mail: amilcartorrao@uol.com.br

¹ DEPETRIS, Carolina. *La escritura de los viajes. Del diario cartográfico a la literatura*. Mérida: Universidad Nacional Autónoma de México, 2007. p. 7.

² *Idem*, p. 8.

³ *Idem, ibid.*

⁴ *Idem, ibid.*

⁵ *Idem*, p. 13.

⁶ *Idem*, p. 16.

⁷ *Idem*, p. 17.

⁸ *Idem*, p. 18.

⁹ *Idem, ibid.*

¹⁰ *Idem*, p. 25-26.

¹¹ *Idem*, p. 26.

¹² *Idem*, p. 27.

¹³ *Idem*, p. 33.

- ¹⁴ *Idem*, p. 37.
- ¹⁵ *Idem*, p. 41.
- ¹⁶ *Idem*, p. 45.
- ¹⁷ *Idem*, p. 48.
- ¹⁸ *Idem*, p. 55.
- ¹⁹ *Idem*, p. 55.
- ²⁰ *Idem*, p. 57.
- ²¹ *Idem*, p. 58.
- ²² *Idem*, p. 61.
- ²³ *Idem*, p. 65.
- ²⁴ *Idem*, p. 74.
- ²⁵ *Idem*, p. 76.
- ²⁶ *Idem*, p. 78.
- ²⁷ *Idem*, p. 79.
- ²⁸ *Idem*, p. 82-83.
- ²⁹ *Idem*, p. 93.
- ³⁰ *Idem*, p. 95.